



45

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

## **Ensaio democrático no Brasil Contemporâneo: notas historiográficas\***

### *Democratic Essays in Contemporary Brazil: historiographical notes*

AMÉRICO FREIRE

Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)  
americo@fgv.br

#### *Resumo:*

Duas são as principais experiências liberal-democráticas republicanas na História contemporânea brasileira: o interregno entre a derrubada da ditadura de Getúlio Vargas (1945) e o advento do golpe civil-militar (1964) e os anos que se seguem ao fim da ditadura militar em 1985. Neste texto, propõe-se acompanhar algumas tendências da historiografia política brasileira sobre esses dois momentos-chave da nossa história recente.

#### *Palavras chave:*

Historiografia Brasileira Contemporânea; História Política; Experiências democráticas.

#### *Abstract:*

Two are the main republican liberal-democratic experiments in contemporary Brazilian history: the interregnum between the overthrow of the dictatorship of Getúlio Vargas (1945) and the advent of civil-military coup (1964) and the years following the end of military dictatorship in 1985. This paper proposes to follow some trends of historiography Brazilian policy on these two key moments in our recent history.

#### *Keywords:*

Political history; Contemporary Brazilian History; Political History; Democratic experiments.

---

\* Este texto é uma versão ligeiramente modificada de palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no dia 28 de novembro de 2013.

Neste estudo, dou prosseguimento a uma linha de trabalho que se destina a examinar alguns traços marcantes da historiografia política brasileira contemporânea. Para tal, seguindo antiga tradição, tomo como ponto de partida o título que defini para este texto. Visto sob determinado ângulo, é possível sugerir que estamos diante de uma tautologia – afinal, os regimes democráticos têm como marca distintiva dos totalitários seu caráter de indeterminação, de incompletude, de invenção, tal como nos sugerem Claude Lefort e muitos outros autores. Não há como não dizer o mesmo do gênero ensaístico que teve amplo curso na cultura brasileira, particularmente no campo das chamadas humanidades, o que há tempos desagrada espíritos mais retos e objetivos – ditos científicos.

Como bem sabemos, as tautologias, por mais que desagradem os estetas da linguagem, podem cumprir – e muitas vezes cumprem mesmo – a função de dar peso, reforçar determinado argumento. Meu propósito aqui vai exatamente nesse sentido: o de chamar atenção, reiterar, sublinhar alguns aspectos que me parecem importantes com vistas ao entendimento do que, a título de hipótese e a falta de melhor denominação, poder-se-ia chamar de “a questão democrática na historiografia contemporânea brasileira”.

Se este é o meu problema, se este é o fio condutor de minha análise, gostaria, no entanto, de advertir ao leitor de que aqui não irei enquadrar meu objeto por meio do uso de teorias de cunho político-normativo voltadas para produzir um diagnóstico positivo ou negativo da “qualidade” da democracia brasileira. Longe de mim tal pretensão, já que, desde muito, desconfio de determinadas abordagens que vejo como próximas da filosofia da história, e que, no meu modo de entender, se voltam não para compreender ou entender determinados fenômenos per se, mas sim para aprisioná-los em esquemas explicativos cuja capacidade heurística costuma ser inversamente proporcional à sua coerência interna. Isso não significa, por outro lado, que me perfilhe ao lado da tradição disciplinar que tem como marca a ojeriza às teorias, à generalização e ao método comparativo. Como historiador formado na estufa de uma instituição de história criada por cientistas sociais, o Centro de Pesquisa em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), não tive como deixar de me valer do ambiente de trânsito que ali se constituiu entre esses dois saberes. Isso porque, entre outras razões, a produção da instituição, pelo menos a que tenho tido a oportunidade de contribuir de alguma maneira, teve a abordagem histórica como um dos seus principais pilares. Espero que essa tradição não se perca.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre a trajetória do CPDOC, conf. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2003. Ver também Bomeny, Helena. Ciências Sociais e História: um encontro institucional. In: Avelãs,

## **Populismo, trabalhismo e democracia**

Dado que o CPDOC foi acima mencionado, comecemos nosso percurso tratando de examinar alguns aspectos concernentes à produção historiográfica dessa instituição. Criado em 1973, o CPDOC estabeleceu-se como um centro de pesquisa pioneiro no estudo da História Contemporânea do Brasil, e que, desde então, vem lidando com os desafios teóricos e metodológicos próprios desse campo de estudos. O *leitmotiv* da instituição foi o de construir interpretações, com base em sólida documentação documental, a respeito dos fundamentos da contemporaneidade brasileira.

Fundado em plena ditadura militar, viu-se às voltas com algumas questões que, à época, se colocavam como incontornáveis, a saber: as bases do autoritarismo brasileiro; a ação política dos militares na história; ou ainda o estudo da composição das nossas elites políticas. No âmbito das pesquisas sobre esses e outros temas, o foco geralmente se dirigia para o período histórico que passou a se chamar “Era Vargas”, seja na leitura mais estrita que confunde a expressão com os governos pessoais de Vargas à frente da presidência da República (1930-45 e 1951-54), seja em sua acepção mais ampla como um marco fundador da modernidade político-social brasileira, ainda que pelo viés do autoritarismo.

Nessa pauta de pesquisa, pouco espaço restava a estudos que se voltassem para o exame de eventuais experiências democráticas ou democratizantes na história do país. O vocabulário político e acadêmico se confundiam – revolução, modernização, desenvolvimento, nacionalismo, autoritarismo, elites políticas e intelectuais e etc.

Um segundo eixo de pesquisa, associado ainda à problemática do autoritarismo, também mobilizou setores importantes das ciências sociais naquela quadra da vida política brasileira. Refiro-me à conhecida produção de sociólogos e cientistas políticos que se voltaram para o estudo do fracasso político da Terceira República brasileira, cuja origem foi o fim da ditadura de Vargas, em 1945, e cujo desfecho foi o golpe civil-militar de 1964 e o estabelecimento de um regime de exceção. Essa produção deve ser examinada em um contexto político-cultural mais amplo em que estiveram em xeque as chamadas experiências populistas na América Latina, as quais, pelas suas contradições e limites teriam contribuído sobremaneira para a implantação de ditaduras militares em praticamente toda a América do Sul.

Especificamente para o caso brasileiro, a chamada teoria populista terminou por se constituir em uma matriz interpretativa de ampla penetração nos trabalhos que voltaram para o largo período histórico compreendido entre a Revolução de 1930 – vista por alguns como a gênese da República Populista – e o referido golpe civil-militar de 1964. Creio que não incorro em exageros em afirmar que, segundo essa interpretação, nosso passaporte para a modernidade, ou seja, nosso trânsito para uma sociedade urbano-industrial e de massas teria se dado sob a égide de governos desse cariz cujos principais traços seriam o de formular e aplicar um conjunto de políticas de cunho paternalistas, levadas a efeito por líderes carismáticos, que tinham como objetivo precípuo a sujeição da sociedade aos projetos e à tutela governamental. Para tal, o conhecido receituário: avanço dos direitos sociais e trabalhistas, corporativismo à brasileira, nacionalismo, desenvolvimentismo, inclusão seletiva – ou cidadania regulada – e controle político. Diante desse quadro, só se pode concluir de que a chamada República Populista estava a quilômetros de distância de um regime liberal-democrático nos moldes ocidentais e infinitamente mais longe ainda da “verdadeira democracia” de inspiração marxista.<sup>2</sup>

Passados os anos mais duros do regime militar, ou seja, no avançar da década de 1970, começaram a vir à luz alguns trabalhos, ainda no campo das Ciências Sociais, que começaram a definir novos contornos para a experiência política que antecedeu o golpe de 64, ainda que o paradigma populista se mantivesse com força, orientando a maneira pela qual foram construídas as relações entre Estado e Sociedade no Brasil Contemporâneo.

Um primeiro conjunto desses trabalhos dizem respeito aos partidos políticos brasileiros que foram formados ao final da ditadura varguista e que dominaram a cena política até 1965, quando terminaram extintos pelo regime militar. Estou me referindo aos estudos sobre o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses trabalhos, geralmente produzidos no âmbito da Ciência Política, apresentam um panorama rico da estruturação e da dinâmica político-parlamentar ou político-eleitoral dos anos em tela, demonstrando aspectos fundamentais de como funcionavam as instituições liberal-democráticas no país. Nessa leva de estudos, por mais que o olhar dos estudiosos ainda estivesse preso a uma visão retrospectiva voltada para o entendimento do que “não deu certo em 1964”, o

---

<sup>2</sup> É vasta e diversificada a produção brasileira dos anos 60 e 70 sobre o chamado pacto populista. As principais obras acadêmicas sobre o tema são: Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 e Ianni, Octávio. *O colapso da populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

que me parece que fica sobejamente demonstrado aos leitores é a formação de um sistema partidário em nível nacional, com bom nível de identificação partidária e bastante representativo, ainda que houvesse interdição à existência e à atuação legal do Partido Comunista, cuja legenda foi colocada na ilegalidade em 1947. A despeito disso, não há como deixarmos de considerar que aqueles foram anos de intensa mobilização social e nítido avanço dos direitos políticos.<sup>3</sup>

Uma outra vertente de trabalhos que também merece ser mencionada refere-se às pesquisas voltadas para o estudo das classes trabalhadoras em suas relações com o Estado e com os empresários. Para tal, dirigem preferencialmente seu foco de análise para um momento-chave nas transformações do perfil da classe trabalhadora no Brasil, ou seja, nos anos que se seguiram à extinção da escravidão que viria acompanhada de importantes levas de imigração estrangeira, particularmente europeia. Sob a influência das proposições e dos estudos de Edward P. Thompson, cientistas sociais, agora na companhia de historiadores, voltam-se para estudar as experiências de formação da classe trabalhadora brasileira, examinando temas como condições de vida e trabalho; greves; organizações sindicais e políticas; vertentes políticas, com ênfase nos estudos sobre o anarquismo. A classe trabalhadora agora é apresentada como sujeito histórico detentora de um discurso e uma prática política próprios. Subjacente a essa produção, há de se levar em conta, entre outros aspectos, o momento político no qual essas interpretações estão sendo geradas, ou seja, nos anos de emergência de um fenômeno que se chamou no Brasil de “novo sindicalismo” que, em contraste com o sindicalismo varguista e comunista, iria compor uma nova narrativa que serviu de base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) – atualmente no poder no Brasil.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Conferir, entre outros, Hippolito, Lucia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Benevides, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Gomes, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Aarão (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 (coleção As esquerdas no Brasil, v. 2; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia” in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. (O Brasil Republicano, v. 3). Para uma versão ampla do problema partidário no Brasil, ver Lavareda, Antônio. *Democracia nas urnas: o processo paratidário eleitoral brasileiro (1954-1964)*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUEPRJ, 1991.

<sup>4</sup> Para acompanhar essa discussão, ver Batalha, Cláudio. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências*. In Freitas, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2003.

Já nos anos 80, começa a tomar corpo um conjunto de estudos que, em diálogo mais ou menos aberto com a teoria populista e seguindo as trilhas das duas vertentes acima mencionadas, abriu novas possibilidades analíticas para o exame das estruturas sócio-políticas brasileiras que conformaram o Brasil Contemporâneo. Um exemplo significado nesse sentido foi a tese de doutorado de Ângela de Castro Gomes, intitulada *A invenção do trabalhismo*, e publicada em livro em 1988.<sup>5</sup>

*Invenção do Trabalhismo* é dividido em duas partes. Na primeira, o protagonismo está com os trabalhadores. Integrada à corrente de trabalhos acima mencionada, a autora produz um painel rico e diversificado dos movimentos e das correntes políticas que constituíram a “palavra operária. Na segunda, a mais conhecida e citada, o foco de análise dirige-se para a operação política levada a cabo pelo governo Vargas no sentido de consolidar um pacto político entre Estado e trabalhadores, vindo a constituir o chamado trabalhismo.

Em seu estudo, Gomes produz uma síntese histórica original na qual a política trabalhista de Vargas é concebida como um projeto civilizacional amplo que se funda em uma relação desigual e também dialógica do Estado com a sociedade e, em particular, com os trabalhadores urbanos. Daí, na concepção da autora, esse processo, forjado no interior do Estado Novo, não se esgota com a derrubada do ditador, em 1945. Ao invés disso, será exatamente no momento em que entram em vigor as instituições liberal-democráticas, que o chamado “pacto trabalhista” passa a receber contornos mais nítidos, vindo a se afirmar em 1950 quando da eleição consagradora de Vargas em 1950. Nem o suicídio de Vargas, em 1954, terminou por abalar em definitivo sua presença na cena política brasileira nas décadas posteriores. Em suma e retomando o fio da nossa meada: não haveria, para Angela de Castro Gomes, impossibilidade ou mesmo incongruência entre a experiência democrático-liberal das décadas de 1940-50 e a vigência do pacto trabalhista.

Nas décadas seguintes, na trilha aberta pela boa recepção do livro de Castro Gomes entre os historiadores, o debate sobre a validade do uso do conceito se intensificou, ainda que uma demarcação mais clara de posições tenha se dado apenas no começo dos anos 2000, mais especificamente em 2001, quando foi publicada uma coletânea de artigos voltada exclusivamente para o enfrentamento deste tema: trata-se de “O populismo e sua história: debate e crítica, organizada pelo historiador Jorge Ferreira.<sup>6</sup> Neste livro/ manifesto, estão reu-

---

<sup>5</sup> Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

<sup>6</sup> Ferreira, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

nidos e condensados os principais argumentos que colocam em xeque o uso até então indiscriminado do conceito, seja na historiografia, seja nas Ciências Sociais.

Esquemáticamente, foram os seguintes os argumentos levantados na referida coletânea por diferentes autores: 1) a necessidade de se situar historicamente o(s) uso(s) do conceito, buscando perceber as mudanças de significado ao longo do tempo;<sup>7</sup> 2) deve-se superar interpretações de cunho teleológico, fossem elas inspiradas nas teorias de modernização, fossem elas tributárias de leituras estruturalistas do marxismo, com vistas a buscar melhor compreender a complexidade político-social da Terceira República – que passa agora a ser identificada como “Experiência Democrática”<sup>8</sup>; 3) é mister situar o advento da teoria do populismo no Brasil no âmbito das disputas políticas no campo das esquerdas, mais especificamente entre as esquerdas revolucionárias que ganham corpo nos anos 60 e o “trabalhismo populista”, visto pelas primeiras como responsável direto pela vitória do golpe civil-militar de 1964. Nessa chave de leitura, propugnada pelo historiador Daniel Aarão Reis, a teoria do populismo deve ser entendida como uma arma política formulada no sentido de liquidar com a “herança maldita do trabalhismo.” Portanto, para além do debate político-intelectual, o que teríamos, nas palavras do referido autor, seria, nada mais, nada menos, do um ajuste de contas político de alguns setores das esquerdas com o trabalhismo.<sup>9</sup>

Nos últimos tempos, é possível dizer que esse debate arrefeceu e que o uso da categoria populismo, nos termos acima referidos, praticamente saiu de cena no conjunto dos estudos históricos acerca da experiência da Terceira República brasileira, porquanto ainda haja os que defendem o seu uso para determinadas experiências particulares e não como uma matriz explicativa geral.<sup>10</sup> No meu modo de entender, um dos resultados de tudo isso foi o de

---

<sup>7</sup> .Gomes, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Ferreira, Jorge. *op. cit.* p. 17-57.

<sup>8</sup> Ferreira, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Ferreira, Jorge. *op. cit.* p. 61-124.

<sup>9</sup> Reis, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Ferreira, Jorge (org.) *op. cit.* p. 319-377.

<sup>10</sup> Na virada dos anos 1990 para os 2000, tomou corpo uma corrente de estudos que dialoga com os estudos que se contrapõem ao uso da categoria populismo para caracterizar a Terceira República brasileira. Com base em concepções de E. Thompson e voltados diretamente para o estudo dos trabalhadores como classe social, há autores que defendem a validade da categoria “sistema político populista” para melhor compreender a dinâmica das relações que foram estabelecidas entre o Estado e as classes trabalhadoras urbanas durante a chamada “Era Vargas”. Ver, por exemplo, French, John. *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São*

descompactar a análise daquele importante período-chave na história contemporânea brasileira.

### **Transição política e democracia<sup>11</sup>**

Avancemos agora um pouco mais no tempo e tomemos como objeto a produção dos historiadores relativa ao que convencionou chamar a transição política rumo a um regime democrático no país. Como é costume acontecer, há várias propostas que buscam situar no tempo esse processo. Para alguns, a transição política deu-se na passagem da ditadura militar para um regime civil no país, ou seja, mais ou menos entre 1974 e 1985 – quando tomou posse o primeiro presidente civil José Sarney. Para outros, estes mais preocupados com a institucionalidade e a clássica questão da legitimidade, sugerem que a transição se completa com a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição pelo voto popular do presidente da República, no caso então Fernando Collor. Por fim, há os que colocam em xeque tanto o *modus operandi* da transição, como inclusivamente o processo de institucionalização democrática, dado os elementos de continuidade que teriam marcado a passagem para o regime civil, daí resultando em uma experiência política marcadamente conservadora e limitada e, portanto, distante do que se poderia chamar de democracia.

*Grosso modo*, podemos dizer que há um chão comum nessa leva de estudos de historiadores que tem tido como objeto a transição política brasileira, ainda que suas conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Em primeiro lugar, nota-se que há uma certa preocupação em evitar análises de cunho teleológicos e finalísticos, sejam as voltadas para o exame de *performances* democráticas, sejam as dirigidas para os diferentes atributos do se que têm chamado “qualidade democrática”, com óbvia e necessária referência ao modelo ocidental. Por outro lado, cabe registrar, pouco têm avançado no tratamento conceitual do uso de noções como “transição política” ou mesmo “transição democrática”, o que faz com que haja uma certa indiferenciação entre essas expressões e mesmo entre “democracia” e “democracia liberal”.

---

Paulo, 1900-1950. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. Conf. também Fortes, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, Edusc; Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

<sup>11</sup> Esta seção do texto retoma e sintetiza trechos do meu artigo, escrito com coautoria com Francisco Martinho, intitulado “Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia.” *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dez. 2012, p. 124-145.

Quanto à filiação historiográfica dos trabalhos em tela, é possível afirmar que eles têm sido alimentados fundamentalmente por três fontes do vasto território dos estudos políticos contemporâneos, a saber: pelo *mainstream* da História política francesa, daí a menção frequente de noções e categorias como “político”, “geração”, “cultura política”, formuladas, revisadas e/ou divulgadas por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jean François Sirinelli, Serge Berstein, entre outros; pela leva de trabalhos que dirigem seu olhar para a dinâmica das relações entre história, memória e esquecimento; e finalmente, por áreas específicas do campo do Direito, as quais têm sido acionadas por diferentes autores no sentido de melhor compreender as bases do nosso sistema judicial, como também permitir um exame mais acurado do que tem se chamado de “justiça de transição” no país.

Dito isso, podemos agora passar para um rápido exame de algumas obras que bem exemplificam o estado da arte sobre o tema da transição, sob a ótica dos historiadores. Para nos servir de exemplo nesse breve panorama, fiquemos com algumas obras que poderiam ser classificadas no âmbito de uma vertente crítica da transição e da atual experiência democrática brasileira. Em geral, os autores dessa vertente tomam como objeto questões como: reconstrução de memória, esquecimento, *metamorfoses*, permanências e continuidades. Vejamos.

### **Construção de memória e limites da transição brasileira**

No campo dos estudos sobre a transição, uma das questões recorrentes é a que diz respeito ao móvel e ao sentido da mudança, isto é, ao analista cabe apresentar a variável que tenha sido determinante pela passagem de um regime para o outro. As perguntas geralmente seguem o mesmo *script*, a saber: A quem cabe a iniciativa da mudança? Quem determina a transição? Quais são os seus condicionantes?

Outra variável importante é a se refere ao caráter da transição, ou seja, a maneira ela qual ela foi ou é conduzida – se *por cima*, isto é, pelo governo em alguma espécie de acordo com grupos oposicionistas, a qual costuma ser designada como *transição pactuada* – ou *por colapso*, na qual o regime vem a ser derrubado pelas forças oposicionistas, com maior ou menor envolvimento de setores populares.

No caso específico da transição política brasileira, na qual coube ao próprio regime produzir designações prenes de sentido no intuito de demarcar o seu papel nesse processo, daí o uso de noções como “distensão” e “abertura”, foi importante para muitos analistas, geralmente cientistas sociais, estabelecer

distinções claras entre as medidas de caráter mudancista de origem governamental e as pressões que porventura tivessem origem em demandas da sociedade civil com vistas a conduzir o país para a superação do regime militar e do autoritarismo. Esse foi o caso, por exemplo, de Luiz Carlos Bresser Pereira que, com base em proposições de Guilherme O'Donnel e Phillippe Schmitter, registra que, em seu entender, a “abertura” devia ser concebida como “uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização.” Já o termo a “democratização” é visto pelo autor como o “processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil.”<sup>12</sup>

Quanto ao caráter da transição política brasileira, há amplo consenso entre os analistas acerca da capacidade que o regime militar reuniu para estabelecer o ritmo e os contornos da mudança que se processou em direção ao governo civil. O problema que se colocava para os estudiosos dos anos 80 e 90, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime “realmente democrático” no país.

Como bem nos alerta Carlos Fico, os historiadores ingressaram tarde nos estudos sobre o regime militar, ou seja, por volta dos anos 80/90.<sup>13</sup> E mais tarde ainda, diríamos nós, na seara dos que têm como objeto a democratização brasileira do último quartel do século passado e do começo deste. Uma vez mais, nossos colegas das ciências sociais estão a abrir picadas e caminhos que, depois, mais seguros, trilhamos com as questões típicas do campo historiográfico.

Em 2000, Daniel Aarão Reis publicou um livro no qual toma como objeto as esquerdas brasileiras em sua relação com a ditadura militar e com a sociedade brasileira. Nele, o autor assesta suas baterias para vários alvos: a soberba e os equívocos das esquerdas revolucionárias em seu projeto de assalto ao poder; às análises que se mostram incapazes de perceber o processo de modernização empreendido pelo regime militar, ainda visto como “arcaico”; e ainda, aos que só conseguem enxergar os anos 70 pelas lentes dos “anos de chumbo”. Diz o autor: “Eles [anos 70] precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima

---

<sup>12</sup> Pereira, Luiz Carlos Bresser. Os limites da ‘abertura’ e a sociedade civil. In: Fleisher, David (org.) Da distensão à abertura. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília, Editora UnB, 1988.

<sup>13</sup> Fico, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24. n.º 47, 2004p. 20-21.

e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam.”<sup>14</sup>

No que concerne à transição, Reis examina o fenômeno em uma dupla dimensão e é exatamente isso que aqui mais nos interessa. No plano propriamente político-institucional, o autor compreende o “processo de liberalização” empreendido pelo regime como uma *retirada*, “a operação militar mais delicada. Qualquer descuido, vira debandada”, diz ele. Diante da resistência das direitas e das esquerdas mais radicais, e do fortalecimento político das oposições moderadas, o presidente Geisel, aos “cachações”, conduziu a distensão por meio de variados instrumentos – da dura repressão aos partidos comunistas; da neutralização do golpismo militar pela demissão do seu ministro do Exército; pelo uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional e fazer aprovar medidas no sentido de assegurar o controle do Colégio Eleitoral; e, finalmente, pelo fim do AI-5, em dezembro de 1978. Para o autor, a medida fez com que o país ingressasse no Estado de Direito – porta de entrada para a democracia.

No plano simbólico, todo esse processo veio acompanhado de importantes deslocamentos de sentido. A memória do regime militar começava a ser reconstruída, seja pela iniciativa dos correligionários do regime, seja pela dos seus opositores. Um desses deslocamentos, registra o autor, deu-se no sentido de reposicionar as esquerdas revolucionárias para o interior do campo democrático, isto é, colocá-las como linha de frente, como “braço armado” de uma ampla coalizão política que teria tido como objetivo combater a ditadura com vistas a estabelecer um regime democrático no país. Dessa forma, sublinha Reis, “apagou-se a perspectiva ofensiva que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos.”<sup>15</sup>

O segundo deslocamento, este promovido pelos partidários da ditadura, foi no sentido de produzir um discurso de que teria havido no Brasil não um mero conflito político, mas sim uma “guerra revolucionária” entre as forças oficiais e os guerrilheiros de esquerda”. Nesse caso, a anistia, para ser efetiva e reconciliar o país, deveria ser recíproca, de forma a beneficiar também os agentes do Estado que haviam se envolvido nessa guerra de alguma forma. Com isso, registra Reis, foram introduzidos mecanismos na Lei que “garanti-

---

<sup>14</sup> Reis, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 60-61.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*. p. 70.

ram a figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados.”<sup>16</sup>

Finalmente, Reis aponta para um fenômeno mais geral: em meio ao recuo do governo e à maré democrática do fim dos anos 70, a sociedade brasileira *metamorfoseada* rompe as pontes com o regime. Ou melhor, não há mais partidários do regime e a ditadura transforma-se em corpo estranho. Diz Reis: “Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. (...) A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorara a auto-estima.”<sup>17</sup>

Nas décadas seguintes, Reis não apenas manteve como avançou nesse conjunto de proposições que, como se pode perceber, não visa apenas a examinar a trajetória das esquerdas revolucionárias durante o regime militar, objeto tradicional de seus trabalhos, ou mesmo discutir os problemas de algumas análises que não conseguiram dar conta das mudanças por que passara o país em pleno regime militar. Cremos que seus textos, antes de tudo, buscam chamar a atenção para a importância desse processo de deslocamento semântico que se expressou em um pacto político selado nos estertores da ditadura, que teria envolvido o poder, diferentes forças políticas oposicionistas, inclusive de esquerda, e amplos setores da sociedade brasileira. Em outras palavras, em nossa opinião, o que o autor está a sugerir é o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que, ao interpretar e interpelar esses deslocamentos de sentido, crie condições para a produção de estudos que tenham como eixo o reexame das complexas relações da sociedade brasileira com o regime militar. Talvez não fosse exagero dizer que o repto de Reis tem encontrado ressonância na historiografia sobre o regime militar e, em particular, sobre a transição política. Basta ver, por exemplo, a importante coleção lançada recentemente em torno do tema da construção social dos regimes autoritários, organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samanta Quadrat<sup>18</sup>, assim como o crescente avanço de estudos acerca da temática da anistia no país, tema com o qual iremos prosseguir ainda nessa seção.

Na década de 2000, a historiografia sobre o regime militar – e consequentemente sobre a transição política – ganhou fôlego e avança a olhos vistos,

---

<sup>16</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>17</sup> *Idem, ibidem.* p. 71.

<sup>18</sup> Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

acompanhando *pari passu* o debate público que há bastante tempo vem sendo travado em torno do tema da revisão da Lei da Anistia no país. Nesse contexto foram publicadas algumas obras que têm produzido um juízo bastante crítico acerca da maneira pela qual foi conduzido processo de transição e o consequente estabelecimento de um regime em bases democráticas no país. Como exemplo, cabe mencionar duas delas cujos títulos são autoexplicativos: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizada por Cecília MacDowell dos Santos, Edson Telles e Janaína Telles e publicada em 2009, e *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle e publicada no ano seguinte.<sup>19</sup>

Com o fito de situar algumas linhas de força dessa produção, ainda que de forma breve e talvez mesmo esquemática, fiquemos aqui com dois textos que foram publicados no volume II da obra *Desarquivando a Ditadura* e que estão reunidos com outros trabalhos sob o título “Imaginando a democracia com uma memória livre”. São eles: “A longa tradução de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade” de Zilda Iokoi e “*Anistia anammese vs. Anistia amnésia*: a dimensão trágica da luta pela anistia” de Heloísa Greco.

Começemos pelo trabalho de Zilda Iokoi. Nele, a autora coloca em questão a maneira pela a categoria *transição* tem sido convencionalmente aplicada no Brasil. Em diferentes vertentes teóricas, registra Iokoi, *transição* é uma categoria teórica-analítica que “implica a decodificação entre os objetivos a serem alcançados por diferentes lutas sociais e as reais conquistas obtidas ao longo do processo histórico.” Já no Brasil, afirma, seu uso convencionalmente diz respeito a processos em que o “velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionárias.” Ou seja, trata-se da “*transição metaforizada*, indicativa de retóricas da modernização sem mudança.” E assevera: “Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas (...). A prudência aparece como valor a ser perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção.”<sup>20</sup> Em suma, Iokoi afirma: “Essas

---

<sup>19</sup> Santos, C. M.; Telles, E.; Telles, J. (orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 vol. São Paulo, Hucitec, 2009 e Telles, E.; Safatle, V. (orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.

<sup>20</sup> Iokoi, Z. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: Santos, Cecília MacDowell; Telles, Edson; Telles, Janaína

reservas impulsionam um freio prévio e um temor em relação em relação à explicitação dos conflitos (...), impondo uma cultura do medo e a reafirmação dos traumas recalçados na longa tradição colonial.”<sup>21</sup>

Definido o seu quadro analítico, a autora discorre sobre diferentes momentos do processo político brasileiro que foram marcados pelo amortecimento dos conflitos por meio de mecanismos de conciliação/*transição*. Quanto ao tempo da *transição* do regime militar para a democracia, Iokoi é categórica: “O reencontro do caminho democrático que só começou com a anistia, alcançada em 1979, mostra os impasses, limites e ambiguidades ainda em aberto na democracia brasileira. Eles são fruto da cultura política que forjou nos brasileiros a acomodação dentro da ordem e ao mesmo tempo a perseverança em prosseguir nos combates em momentos de maior acumulação de forças.”<sup>22</sup>

O tema da *transição*, assim conceituado pela autora, pouco diz respeito a mudanças de fundo na sociedade brasileira. Ainda subsiste, segundo ela, em sociedades fundadas em democracias tímidas, descontínuas, de “baixa intensidade”, como nos termos de Boaventura Santos. Nesses casos, são fenômenos parciais, não verdadeiros, em que não há quebra de paradigmas. Dessa forma, conclui: “aos soluços produzimos momentos de grande rebeldia, seguidos por longos intervalos de silêncio negociados com o poder constituído. (...) Assim, o tema da transição tem indicado mais o perigo de retorno a termos sombrios, do que de avanço do poder popular e da autonomização dos sujeitos livres.”<sup>23</sup>

Em seu texto, Heloísa Greco também registra questões relativas ao caráter inconcluso e conservador da transição brasileira. Nele, a autora examina a luta política de significados que foi e tem sido empreendida no interior da sociedade brasileira em torno da questão da anistia, desde meados da década de 1970, e toma como ponto de partida um severo diagnóstico acerca da maneira pela qual amplas parcelas da historiografia têm lidado com o tema da anistia. Diz ela: [a anistia] é abordada apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, quase como se não tivesse havido sujeitos

---

(orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 501-502.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*. p. 521.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*. p. 522.

– logo, ação – fora do espaço institucional, o que contrasta de maneira gritante com a evocação dos que participaram diretamente do *acontecimento*.”<sup>24</sup>

Ao colocar o problema sob esse prisma – e não sob a perspectiva da sociedade civil organizada em entidades como os Comitês Brasileiro de Anistia, entre outras –, a produção acadêmica termina por capitular frente à produção memorial da ditadura em torno da Lei de anistia, que, antes de tudo, deveria ser – e, portanto, passava a ser – sinônimo de *esquecimento*, *conciliação*, *consenso*. Diz a autora: “Seu dispositivo operacional [da Lei da Anistia] é a produção do silêncio a partir da lógica do *generoso consenso*, cujo núcleo é a tríplice equação *controle/compromisso/concessão*, articulada a partir da institucionalização do grande repertório dos meios de coerção levado a cabo pelo projeto de *normalização defeituosa* do regime, o mesmo que forjou a longa transição ainda em andamento.”<sup>25</sup>

Ao longo do texto, Greco discorre sobre os diversos e diferentes fatores que estiveram na base e ainda contribuem para a consolidação até o momento vitoriosa da *estratégia do esquecimento* no país. Ela registra, entre outros, “a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”; o papel ativo e passivo da sociedade em não procurar reverter esse quadro; o papel central dos grandes jornais na disseminação dessa estratégia junto à opinião pública; além do processo de “estranha metamorfose das esquerdas” em direção a um feitiço de atuação “equilibrada”, moderada e baseada no trabalho institucional. O campo das esquerdas, segundo a autora, “por excelência, passa a ser o espaço do *instituído* em detrimento do *instituinte*; a sua interlocução passa a ser feita pelo poder.”<sup>26</sup>

Por fim, Greco não deixa também de assinalar as ambiguidades dos últimos governos em lidar com questões que colocam à prova essa *estratégia de esquecimento*. A autora coloca em questão o alcance das políticas de reparação de cunho fundamentalmente administrativo a respeito dos atingidos pelos atos de exceção; denuncia as dificuldades em torno do acesso dos arquivos da ditadura; e alerta para o que chama de o nó górdio da Lei de Anistia: “a instituição tortura, a questão dos mortos e desaparecidos e a mal chamada reciprocidade”.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Greco, H. A. Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: Santos, Cecília MacDowell; Telles, Edson; Telles, Janaína (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol.II. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 524-525.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*. p. 528. Grifos originais da autora.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*. p. 530-531. Grifos originais da autora.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*. p. 536.

### Considerações finais

Na segunda metade do século XX, durante décadas, as Ciências Sociais brasileiras, secundadas pela História, tiveram como uma de suas principais pautas de pesquisa o exame das estruturas, dos processos e dos mecanismos que historicamente serviram de óbice para a constituição de uma sociedade ocidental moderna no país. Por razões das mais diversas, relacionadas à herança ibérica, à escravidão, à dependência ou ao caráter próprio da nossa estratificação social, a “História” brasileira não se realizava. Tudo isso, era traduzido para o leitor por meio do uso de um ou vários ismos – patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo.

Em fins dos anos 70 e nos anos 80 do último século, na esteira do esgotamento da ditadura militar, essa narrativa de cunho ensaística perde fôlego, ao mesmo tempo em que se observa a entrada em cena de novos atores político-sociais que se organizam em torno de reivindicações de caráter democrático para o país. No campo propriamente historiográfico, os “novos tempos” são marcados por pautas mais abertas e diversificadas, ora voltadas para o estudo da resistência armada ao regime militar, ora dirigidas para se examinar o papel das classes trabalhadores como sujeito de sua própria história.

É também nessa quadra que começa a tomar corpo uma vertente historiográfica que, em debate direto com as Ciências Sociais, passa a reexaminar positivamente o que, mais tarde, viria a se chamar o nosso “intervalo democrático”, ou seja, o período histórico compreendido entre o fim da ditadura varguista (1964) e o golpe civil-militar de 1964. Para tal, não houve como fugir da questão incontornável: o uso indiscriminado da categoria “populismo” para caracterizar a vasta experiência histórica da nossa Terceira República. Acima, pudemos perceber que esses debates têm dado resultados satisfatórios quanto a um conhecimento mais detido do nosso primeiro ciclo democratizador.

Em sinal inverso, boa parte dos historiadores tem produzido diagnósticos bastante críticos a respeito do novo experimento democrático que se seguiu ao fim da ditadura militar. O enfoque predominante, como vimos acima, tem sido o de chamar atenção para a falta de iniciativa dos governos civis na adoção de políticas de rompimento mais explícito com o passado autoritário-militar e cujo símbolo é a manutenção em vigor de dispositivos da Lei de Anistia, de 1979, que impede punições aos agentes do Estado que promoveram torturas e assassinatos. Em razão disso, sublinha-se o caráter inconcluso da transição política que se desdobra em um regime democrático considerado tímido, de “baixa intensidade.”

Por fim, cabe registrar que nossos estudos históricos pouco têm se dedicado no estudo de outros temas – igualmente importantes – relativos ao experimento democrático brasileiro das últimas décadas. São inúmeras as questões em aberto que merecem ser examinadas em uma perspectiva de tempo alargado, típica do saber histórico, tais como: Que elementos de descontinuidade podem ser identificados entre a experiência ditatorial e a atual configuração democrática? Há alguma correlação entre o estabelecimento de um Estado em bases democráticas e a redução das taxas históricas de desigualdade social das últimas décadas? É possível afirmar que estaríamos no limiar de um novo ciclo de democratização?